



# Balança comercial tem superávit mais baixo para março desde 2020

## FGC libera R\$ 6 bilhões a credores com mais de R\$ 1 mil no Will Bank

Página 10

## Exportações para o Oriente Médio caem 26% desde início da guerra

Página 9

A queda nas exportações de café e o aumento na importação de veículos fizeram a balança comercial registrar o superávit mais baixo para meses de março em seis anos, divulgou na terça-feira (7) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 6,405 bilhões.

O resultado representa queda de 17,2% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o superávit ficou em US\$ 7,736 bilhões. O superávit é o mais baixo para meses de março desde 2020, início da

pandemia de covid-19, quando o resultado ficou positivo em US\$ 4,046 bilhões.

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte: Exportações: US\$ 31,603 bilhões alta de 10% em relação a março do ano passado; Importações: US\$ 25,199 bilhões, alta de 20,1% na mesma comparação.

O valor das exportações é o segundo maior para meses de março desde o início da série histórica, só perdendo para março de 2023. As importações registraram o maior valor da série, que teve início em 1989.

Página 3

**Previsão do Tempo**

Quarta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

29° C  
20° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

---

**DÓLAR**

Comercial  
Compra: 5,16  
Venda: 5,16

Turismo  
Compra: 5,18  
Venda: 5,36

---

**EURO**

Compra: 5,97  
Venda: 5,97

## Vendas de veículos sobem no 1º trimestre e têm melhores resultados



Foto: Acropia/Rede Globo/Agência

## Falhas na prestação de serviços podem encerrar concessão da Enel em São Paulo

Página 3

## Governo prepara linhas de crédito para dívidas de pessoas físicas, MEI e pequenas empresas

Página 4

## Relatório da RSF aponta desafios para futuro do jornalismo íntegro

Página 10

### Esporte

# SM Kart Competition com mais competitividade na 3ª etapa em Interlagos

Com cada vez mais competitividade, o SM Kart Competition volta para o Kartódromo de Interlagos no domingo (12) para a disputa da 3ª etapa do maior campeonato de Rental Kart de São Paulo. A organização prevê a participação de mais de 200 pilotos nas 13 provas que serão realizadas a partir das 13 horas, completando seis horas de competições.

Cada categoria contará com pódio de 20 lugares, quando serão distribuídos mais de 200 prêmios, brindes e sorteios.

Novamente o SM Kart Competition terá transmissão ao vivo, fotos profissionais, Simulador, Massagem para os pilotos, Feirinha de Produtos,

Desafio dos Patrocinadores com sorteio de prêmios, principalmente de macacão e luvas DKR e sapatinhas KDA.

Confira a pontuação dos três primeiros do campeonato da SM Kart Competition depois da 2ª etapa:

Santidade Racing: 1) Diego Santana, 85; 2) Anderson Tanaka, 69; 3) Diogo Lincoln, 68.

Super Sênior - 55 anos: 1) Marco Verga, 86; 2) Guto Oliveira, 78; 3) Roberto Guimarães, 64.

Sênior - 40 anos: 1) Marcelo Carvalhaes, 74; 2) Marcelo Mesquita, 69; 3) Allan Felix, 68.

Duplas Sênior/Super: 1) MRC Racing, 138; 2) AG Racing, 78; 3) Simply The Best, 129.

Graduados: 1) Ryan Eccel, 70; 2) Nicolas Waldrigues, 62; 3) Adi-

mir Rosa, 61.

Estreantes Misto: 1) Isack Rabelo, 68; 2) Sebastião Nascimento, 63; 3) Guilherme Araújo, 62.

Novatos Light: 1) Henrique Cursino, 66; 2) Vinicius Martins, 65; 3) Felipe Aguiar, 64.

Novatos Misto: 1) Rebeca Machado, 70; 2) José Taveira, 70; 3) Renna Ranieri, 66.

Maniacos do Kart (MDK): 1) Valdo Gregorio, 69; 2) Guilherme Cabrera, 68; 3) Peterson Rodrigues, 66.

Speed Pro: 1) João Gabriel, 70; 2) Alberto Otazú, 69; 3) Lucas D'angelo, 63.

Mario Rotama: 1) André José, 74; 2) Jefferson Jara, 67; 3) Eliel Coelho, 67.

Speed Angels Light: 1) Claudia Franco, 83; 2) Priscila Albanit,



Foto: Cidadão no Kart

As disputas na SM Kart Competition são sempre acirradas

83; 3) Rita Sanches, 68.

Speed Angels Graduadas: 1) Laura Falconi, 92; 2) Jéssica Mu-

3) Julia Moreto, 63.

Trios Speed Angels: 1) Overtake Girls, 217; 2) Fast Girls, 215; 3) Midnight Girls, 194.

Estreantes Feminina: 1) Maria Victoria Rodrigues, 88; 2) Denise Kindermann, 70; 3) Maria Nardino, 70.

Confira o cronograma da 3ª etapa do SM Kart Competition: 13h00 - Treino; 13h30 - Corrida Beneficente; 14h00 - Trio Speed Angels; 14h30 - Mário Rotama; 15h00 - Estreantes Feminina; 15h30 - Santidade Racing; 16h00 - Estreantes Misto; 16h30 - Super Sênior; 17h00 - Sênior; 17h30 - Novatos Light; 18h00 - Graduados; 18h30 - Speed Pro; 19h00 - Novatos Misto; 19h30 - Maniacos do Kart.

# Sprint Challenge FPA: destaques confirmam favoritismo



Foto: Gabriela Caribini

Os destaques do atletismo de São Paulo confirmaram o favoritismo no Sprint Challenge FPA, realizado na tarde deste sábado, na pista do Esporte Clube Pinheiros. A competição, válida pelo calendário da Federação Paulista de Atletismo (FPA), reuniu alguns dos principais nomes do atletismo paulista e nacional, que tiveram boas atuações em suas provas.

Ana Carolina Azevedo (Esporte Clube Pinheiros) e Erik Cardoso (Sesi-SP), ambos nos 100 m rasos, Lucas Vilar (Sesi-SP), nos 400 m rasos, Eduardo Ribeiro Moreira (Esporte Clube Pinheiros), nos 800 m, e Wellington Moraes, do Maranhão, (Esporte Clube Pinheiros), no arremesso do peso, foram algumas das

atrações da jornada.

Erik, que defendeu o país no Mundial Indoor da Polónia, nos 60 m, venceu neste sábado com o tempo de 10.21. Ele gostou do resultado, mas sabe que poderia ter feito ainda melhor. "Estou bem, estou saudável, estou treinando e esperava ter corrido melhor, mas tenho muito a agradecer, louvar a Deus, pela corrida de hoje. Agora o trabalho continua, temos outras provas pela frente. O objetivo é se manter, na graça de Deus, saudável, treinando e dando o melhor todos os dias e, como consequência, fazer um grande resultado", destacou o atleta, que detém o recorde sul-americano da prova, com 9.93 (2025).

No feminino, Ana Carolina Azevedo, que também esteve no Mundial e, antes disso, havia quebrado o recorde sul-americano dos 60 m rasos em São Paulo, venceu a final com 11.36. Também fecharam o dia de forma muito positiva Lucas Vilar, que venceu os 400 m rasos com o tempo de 46.40, e Eduardo Moreira, nos 800 m, com 1.44.91, 20ª marca do ano até o momento e seu recorde pessoal (PB).

Maranhão é destaque no peso. Campeão sul-americano indoor em 2025, Wellington Moraes, do Maranhão, voltou a se destacar. Atleta do Esporte Clube Pinheiros há vários anos, ele venceu mais uma vez neste sábado, com a marca de 21.16. Trata-se da décima

melhor marca do ano na prova e seu melhor resultado da carreira.

"Foi uma experiência muito boa e, durante a prova, eu sempre buscava mais. Acabei fazendo marcas na casa de 20,70, com constância, mas tive aquela sede de buscar mais. Falei: 'vamos tentar mudar a história', que o Ricardo (treinador) sempre fala para mim. 'Muda, muda, muda'. E acabei mudando mental e fisicamente na hora da prova e aconteceu esse resultado maravilhoso", declarou o campeão.

O Sprint Challenge é uma realização da Federação Paulista de Atletismo, com apoio do Esporte Clube Pinheiros. Mais informações: www.atletismopaulista.com.br

# Inscrições para o Vestibular das Fatecs vão até 1º de junho

As inscrições para o processo seletivo das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) estão abertas até 1º de junho, exclusivamente pelo site vestibular.fatec.sp.gov.br. Para o segundo semestre de 2026, as Fatecs oferecem um total de 18.505 vagas, sendo 13.875 para ingresso via Vestibular e outras 4.630 destinadas aos candidatos do Prova Paulista. A taxa de inscrição é de R\$ 90. O exame será aplicado no dia 28 de junho, às 13h.

Para concorrer a uma vaga é preciso ter concluído ou estar cursando o terceiro ano do Ensino Médio ou equivalente, desde que no ato da matrícula, comprovando a conclusão do curso. Quem

não atender a esse requisito pode participar apenas como treineiro.

## Inscrição

A inscrição deve ser feita exclusivamente pelo site oficial. Para participar do exame, o candidato deve ler atentamente o Manual do Candidato, preencher a ficha de inscrição com informações pessoais e responder ao questionário socioeconômico. É possível optar pelo uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023, 2024 ou 2025, desde que informado corretamente o número de inscrição.

Após preencher o formulário, o candidato irá escolher um curso como primeira opção e outro



Foto: Cristiano Gonet

As inscrições vão até 1 de junho e devem ser feitas exclusivamente pela internet.

como segunda opção, em qualquer Fatec e período. A taxa de participação pode ser paga em dinheiro, nas agên-

cias bancárias, via internet banking ou cartão de crédito, pela ferramenta Getnet. A inscrição só será confirmada após a compensação do pagamento.

As Fatecs disponibilizam computadores com acesso à internet para os candidatos que quiserem se inscrever no Vestibular. Cabe ao interessado entrar em contato com a unidade para obter mais informações.

## Pontuação Acrescida

O Sistema de Pontuação Acrescida do Centro Paula Souza concede bônus de 3% para candidatos autodeclarados afrodescendentes, 10% para quem cursou integralmente o Ensino

Médio em escola pública, ou 13% no caso de acumulação dos dois critérios.

Cabe ao candidato verificar na Portaria do Vestibular se tem direito à pontuação acrescida, porque a matrícula não poderá ser realizada e a vaga será perdida se as informações não atenderem às condições estabelecidas em sua totalidade.

Outras informações estão disponíveis no site vestibular.fatec.sp.gov.br. O candidato também pode esclarecer dúvidas pela Central do Candidato, nos telefones: (11) 3471-4103 (Capital e Grande São Paulo) e 0800-596-9696 (demais localidades). (Governo de SP)

## CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

### CÂMARA (São Paulo)

Cristá católica e vereadora, Janaina Paschoal pode ser cassada com as mulheres 'laranjas pelo PP' (eleições 2024). A cristá católica e deputada federal (SP) Simone Marquetto (ex-MDB no PP) pode ser vice na chapa presidencial do Bolsonaro (PL)

### PREFEITURA (São Paulo)

Cristá católica e esposa do cristão católico / prefeito Ricardo Nunes (MDB do ex-presidente Temer), a 1ª dama Regina Nunes terá dobradinhas com vários candidatos a deputados federais [em muitas prefeituras] pra deputada na ALESP em 2026

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

A cristá (não se diz católica ou protestante), ex-vereadora, ex-deputada federal (SP) e atual senadora (SP) Mara Gabrieli (ex-PSDB no PSD) deve ser uma das mais votadas em 2026, agregando mais cadeiras ao partido do ex-prefeito paulistano Kassab

### GOVERNO (São Paulo)

Cristãos e cristãs prefeitos e prefeitas por todo o Estado estão em plena campanha [no 68º encontro da Associação Paulista de Municípios - no Distrito Anhembi] de apoio à reeleição do cristão católico e governador Tarcísio (no Republicanos)

### CONGRESSO (BRASIL)

Cristá católica e deputada (SP) Simone Marquetto (ex-MDB no PP - em federação com o União) agradeceu o cristão católico [hoje também protestante como o pai] e senador Flavio Bolsonaro (PL). Ele pode ter o que o pai não teve nas eleições 2022

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristãos católicos [embora o Lula 2026 do PT diga que o presidente gosta dos protestantes], o presidente Lula e o vice Aleckmin (ex-PSDB no PSB do 'Arraismo pernambucano') começam a se preocupar bastante com a subida do neoBolsonarismo

### PARTIDOS (Brasil)

Cristá (ex-católica e atual protestante), a atual deputada federal (1ª vez por SP) Marina Silva teve que ficar no Rde e pode não ser eleita ao Senado (SP). Não dominou nem o PV, nem o PSB. Foi rejeitada no PT Lulista e depende da federação com PSOL

### JUSTIÇAS (Brasil)

O mundo poderia [segundo a literatura bíblica] estar próximo de ser destruído. Só que não será pelas atuais 'guerras do grande e do pequeno satã', segundo governos xiftas. E que ninguém sabe a data em que virá o Governo da Justa Justiça do Cristo ...

### ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados, e pôs em nós a palavra da reconciliação" 2 Coríntios 5:19

## Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas Folhapress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

# Governo de SP prepara concessões de saneamento de R\$ 50 bilhões em 2026

O Governo de São Paulo deve lançar nas próximas semanas uma consulta pública referente a concessões de saneamento em 149 municípios que não são atendidos pela Sabesp. A ideia é avançar com o cronograma de modo que pelo menos quatro blocos de cidades sejam licitados ainda em 2026.

As concessões se inserem no programa Universaliza SP, que busca avançar com o atendimento de água e esgoto no estado para cumprir com os objetivos determinados pelo marco legal do saneamento.

A nova legislação definiu a meta de ampliar o acesso à água potável para 99% da população até 2033. Até lá, o tratamento e a coleta de esgoto também devem

alcançar 90% de cobertura.

Segundo Cristiano Kenji, subsecretário de recursos hídricos da Semil (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), se os 149 municípios mantivessem o ritmo atual de expansão do saneamento, eles levariam cerca de 30 anos para atingir as metas.

"A gente está trabalhando em torno de R\$ 51 bilhões de investimentos até 2060 e R\$ 24 bilhões para a universalização até 2033", disse Kenji durante evento do Bradesco, em São Paulo.

Após a privatização da Sabesp, em 2024, o governo passou a olhar os 274 municípios que não estão na área de concessão da companhia. Segundo o subsecretário, cerca de 40 cidades já têm hoje algum tipo de

concessão ou atuação de empresas de economia mista. O estado se concentrou, então, nos casos em que o serviço é feito por autarquias e administrações diretas.

A consulta pública das concessões de 149 municípios deve ser lançada ainda neste mês. Em seguida, em maio, o governo pretende fazer as audiências públicas.

De acordo com Kenji, a ideia é trabalhar, inicialmente, com um bloco único de municípios. Hoje, o estado tem duas unidades regionais de saneamento, as chamadas Uraes. Uma delas engloba 371 municípios atendidos pela Sabesp. Os demais 274 estão na Urae 2.

O governo pretende criar blocos regionalizados dentro desse grupo maior para fazer os contratos de concessão, seguindo a

mesma lógica regulatória adotada com a Sabesp.

"A expectativa é ter um andamento desses blocos de licitação ainda este ano. Estamos prevenindo até quatro blocos."

A declaração de Kenji foi feita em painel sobre saneamento básico no evento do Bradesco. Também participava da conversa o CEO da Sabesp, Carlos Piani, que disse que a companhia tem interesse natural nessas concessões.

Segundo o executivo, entrar em outros municípios de São Paulo permitiria sinergia de investimentos e redução de custos. Isso porque muitas cidades estão em áreas adjacentes às operações da Sabesp hoje. (Folhapress)

# Governo lança programa para impulsionar o turismo rural

O Governo de São Paulo lança um novo programa para impulsionar o desenvolvimento do turismo rural no estado por meio de decreto que institui o Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural. O texto foi publicado no dia 2 de abril no Diário Oficial do Estado. A estruturação representa um avanço para o setor, ao buscar dar maior reconhecimento e promoção à integração entre atividades agrícolas e turísticas.

A iniciativa tem objetivo de apoiar os produtores de pequeno porte e a agroindústria, especialmente por meio de ações de capacitação, crédito e inovação tecnológica. Ainda inclui como atrativos, os processos de restauração de paisagens e ecossistemas e a promoção de atividades de conservação de florestas nativas. A expectativa é impulsionar oportunidades em toda a cadeia do turismo rural, com impacto em segmentos como gastronomia, pesca esportiva, turismo de natureza, bem-estar, afroturismo, turismo de base comunitária, trens turísticos, trilhas e turismo religioso.



Foto: Divulgação/Governo de SP

São Paulo é o estado mais "rural" do país, disponibilizando mais de 1.200 propriedades rurais mapeadas em favor do turismo, em meio a fazendas históricas, campings, pesque-pague, restaurantes de comidas típicas etc.

A ação intersecretarial conta com a participação da Casa Civil e das secretarias: de Agricultura e Abastecimento; Cultura, Economia e Indústria Criativa; Meio

Ambiente, Infraestrutura e Logística; Transportes Metropolitanos; e Desenvolvimento Econômico; além do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVEST SP).

Dados do Sebrae apontam para o crescimento do setor, com destinos rurais entre os mais procurados pelos viajantes, avan-

çando cerca de 30% ao ano no país. O segmento se fortalece junto à gastronomia, que contribui para projetar São Paulo como um dos principais destinos turísticos do mundo.

A Secretaria de Turismo e Viagens (Setur-SP) destaca como eixos prioritários de atuação o desenvolvimento de rotas rurais: a qualificação profissional, a atração de investimentos, a promoção de experiências em ambiente rural e a melhoria da infraestrutura (acesso, mobilidade, sinalização e conectividade).

O Programa foi fruto de uma construção coletiva, envolvendo inicialmente o Fórum de Fomento ao Turismo Rural, que faz parte da estrutura da Setur-SP; instituições de ensino, como USP, o Instituto Federal e Unesp, sistema S - Senar, Sebrae, Senac; assim como entidades representativas dos destinos turísticos, como Aprecsp e Amitesp, e de municípios referência no segmento, como Jundiá, São Roque e Espírito Santo do Pinhal, que trabalharam na construção do Plano de Turismo Rural. (Governo de SP)

# Sua conta de água pode ser menor: aprenda 5 truques de economia doméstica

e proteger o meio ambiente:

## O poder do acúmulo: lavanderia inteligente

A regra de ouro para a máquina de lavar é a paciência. Esperar para lavar o volume máximo de roupas de uma só vez economiza centenas de litros por ciclo. Lavar "picadinho" é um dos maiores vilões da conta de água e de luz.

## Técnica da limpeza prévia na cozinha

Antes de abrir a torneira, faça uma varredura nos pratos e panelas. Utilizar o talher ou um papel toalha usado para remover os restos de comida evita que você precise de jatos fortes de água para desprender a sujeira. Essa "pré-limpeza" a seco reduz drasticamente o tempo de torneira aberta.

## Deixe de molho, não sob a água corrente

Para louças mais difíceis ou engorçadas, o segredo é o molho. Encher uma bacia ou a própria cuba da pia com um pou-

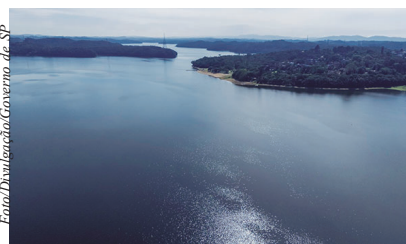


Foto: Divulgação/Governo de SP

co de água e detergente amolece a sujeira enquanto você faz outras tarefas. Isso elimina a necessidade de esfregar cada item com a água correndo livremente.

## Banho: o tempo da economia

O chuveiro é um dos pontos de maior consumo. Reduzir o tempo de banho economiza água e energia. Enquanto se ensaboia não é apenas uma dica clássica, é uma necessidade matemática de economia. Cinco minutos são

suficientes para uma higiene completa e eficiente.

A calçada e o quintal não precisam de mangueira para ficarem limpos. O uso da vassoura deve ser a primeira opção. Caso a lavagem seja indispensável, utilize a água descartada pela máquina de lavar roupas (retido de água). É uma prática inteligente que a Sabesp incentiva para evitar que a água tratada — própria para o consumo humano — seja desperdiçada em tarefas de limpeza bruta. (Governo de SP)

# Falhas na prestação de serviços podem encerrar concessão da Enel em SP

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) iniciou na terça-feira (7) o processo administrativo para avaliar a continuidade da concessão de distribuição de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo.

A concessionária atende a capital e mais 23 municípios, com cerca de 8,5 milhões de clientes. Segundo a agência, a medida, excepcional, foi motivada pela continuidade de falhas de transmissão e pela dificuldade da empresa de prestar atendimento célere e eficiente.

“Após análise do processo

de fiscalização, a Agência concluiu que as falhas na prestação de serviços continuaram, com elevado tempo de atendimento emergencial, aumento de interrupções superiores a 24 horas e falhas no planejamento e execução de planos de contingência”, diz a Aneel.

“A Enel SP não conseguiu alcançar os padrões de desempenho satisfatórios e permaneceu abaixo da média de outras distribuidoras em eventos climáticos extremos semelhantes”, acrescenta a agência por meio de nota.

A Aneel esclareceu ter avaliado períodos com eventos climáticos severos de 2023 a 2025.

Para a Aneel, a concessionária de energia apresentou um plano de recuperação com ações consideradas insuficientes para a área técnica, que também rejeitou manifestações e pareceres jurídicos.

## Enel

Segundo a assessoria da Enel, a companhia “seguirá trabalhando para demonstrar firmemente, em todas as instâncias, que tem cumprido integralmente

com todos os indicadores previstos em contrato e no plano de recuperação apresentado em 2024, no regulador”.

“A distribuidora tem plena confiança nos fundamentos legais e técnicos que norteiam suas operações no Brasil”, afirma a Enel.

A concessionária alegou ainda que há necessidade de se garantir um tratamento não discriminatório, de valorizar a previsibilidade dos mecanismos punitivos e a segurança dos contratos, dando a entender que considera o processo injusto. (Agência Brasil)

## Balança comercial tem superávit mais baixo para março desde 2020

A queda nas exportações de café e o aumento na importação de veículos fizeram a balança comercial registrar o superávit mais baixo para meses de março em seis anos, divulgou na terça-feira (7) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 6,405 bilhões.

O resultado representa queda de 17,2% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o superávit ficou em US\$ 7,736 bilhões. O superávit é o mais baixo para meses de março desde 2020, início da pandemia de covid-19, quando o resultado ficou positivo em US\$ 4,046 bilhões.

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

Exportações: US\$ 31,603 bilhões alta de 10% em relação a março do ano passado;

Importações: US\$ 25,199 bilhões, alta de 20,1% na mesma comparação.

O valor das exportações é o segundo maior para meses de março desde o início da série histórica, só perdendo para março de 2023. As importações registraram o maior valor da série, que teve início em 1989.

## Setores

Na distribuição por setores da economia, as exportações em março variaram da seguinte forma:

Agropecuária: +1,1%, com queda de 2 no volume e alta de 3% no preço médio;

Indústria extrativa: +36,4%, puxada pelo petróleo, com alta de

36,4% no volume e de 0,2% no preço médio;

Indústria de transformação: +5,4%, com alta de 4,2% no volume e de 1% no preço médio.

## Produtos

Os principais produtos responsáveis pela alta das exportações em março foram os seguintes:

Agropecuária: animais vivos, exceto pescados ou crustáceos (+49,4%); algodão em bruto (+33,6%); e soja (+4,3%).

Indústria extrativa: outros minerais brutos (+55,9%); outros minerais e concentrados de metais de base (+66,8%); e óleos brutos de petróleo (+70,4%).

Indústria de transformação: carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+29%); combustíveis (+30%); e ouro não monetário (excluindo minérios de ouro e concentrados) (+92,7%).

Apesar do crescimento das exportações agropecuárias, as vendas de café despencaram em março. No mês passado, o Brasil vendeu US\$ 437,1 milhão a menos que em março de 2025 (-30,5%). A queda deveu-se à redução de 31% na quantidade exportada, por diferença de cronogramas de embarque.

Em relação ao petróleo bruto, a alta nas exportações chega a US\$ 1,971 bilhão em relação a março de 2025. Tradicionalmente, as vendas de petróleo registram forte variação mensal por causa da manutenção programada de plataformas.

No entanto, a expectativa é de queda nos próximos meses por causa da alíquota temporária de

12% de Imposto de Exportação de petróleo, imposta em meados de março como medida para segurar a alta dos combustíveis após o início da guerra no Oriente Médio.

## Importações

Em relação às importações, a alta está vinculada principalmente a veículos, cujas compras do exterior subiram US\$ 755,7 milhões em março na comparação com o mesmo mês de 2025. Na divisão por categorias, os principais produtos são os seguintes:

Agropecuária: pescados (+28,9%); frutas e nozes não oleaginosas (+26,6%); e soja (+78,2%).

Indústria extrativa: minérios e concentrados de metais de base (+33,7%); carvão não aglomerado (+59,9%); e óleos brutos de petróleo (+19,4%).

Indústria de transformação: outros medicamentos, incluindo veterinários (+72,2%); adubos ou fertilizantes químicos (+61%) e automóveis de passageiros (+204,2%).

## Acumulado

Nos três primeiros meses do ano, a balança comercial registra superávit de US\$ 14,175 bilhões, valor 47,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. O crescimento deve-se à importação de uma plataforma de petróleo em fevereiro de 2025, operação que não se repetiu em 2026.

## A composição ficou a seguinte:

Exportações: US\$ 82,338 bilhões, alta de 7,1% em relação ao registrado no mesmo período do

ano passado;

Importações: US\$ 68,163 bilhões, alta de 1,3% na mesma comparação.

O superávit acumulado é o terceiro maior da série histórica, só perdendo para o primeiro trimestre de 2024 e de 2023.

## Projeções

O Mdic atualizou as estimativas para a balança comercial em 2026. Para este ano, a pasta projeta superávit comercial de US\$ 72,1 bilhões, alta de 5,9% em relação ao resultado positivo de US\$ 68,1 bilhões em 2025. Em janeiro, o ministério tinha estimado superávit de US\$ 70 bilhões a US\$ 90 bilhões neste ano.

Segundo o Mdic, as exportações deverão encerrar o ano em US\$ 364,2 bilhões, alta de 4,6% em relação a 2025. As importações deverão chegar a US\$ 280,2 bilhões em 2026, aumento de 4,2% na comparação com o ano passado.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o Mdic, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em julho. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US\$ 98,9 bilhões.

As estimativas do Mdic estão mais otimistas que as das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano com superávit de US\$ 70 bilhões. (Agência Brasil)

## Vendas de veículos sobem no 1º trimestre e têm melhores resultados

O desempenho do mercado brasileiro de veículos registrou forte expansão no primeiro trimestre deste ano. Segundo balanço divulgado na terça-feira, (7) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que representa as concessionárias do país, os emplacamentos de veículos no Brasil – e que engloba automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos – avançaram 16,09% entre janeiro e março de 2026, em comparação ao mesmo período do ano passado, totalizando 1.254.696 veículos.

O acumulado do primeiro trimestre deste ano já é o terceiro melhor resultado da série histórica, atrás apenas dos anos de 2011 e 2012.

Este também foi, de acordo com a Fenabrave, o segundo melhor mês de março da série histórica da entidade, com um total de 513.099 veículos emplacados, o que representou crescimento de 36,86% em relação a fevereiro e de 35,26% em comparação a março do ano passado.

Embora a base de comparação tenha sido favorecida pelo calendário, já que março deste ano contabilizou 22 dias úteis, o resultado sinaliza, segundo a Fenabrave, uma melhora efeti-

va do ambiente de consumo.

“O mês de março confirmou um mercado mais dinâmico, com desempenho disseminado entre os principais segmentos e um primeiro trimestre que já se posiciona entre os melhores da série histórica. O calendário ajudou, mas os dados mostram também uma reação consistente da demanda”, disse Arcelcio Junior, presidente da federação.

Considerando-se apenas a venda de veículos zero quilômetros e que inclui veículos de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, o crescimento foi 45,55% em comparação a fevereiro e de 37,85% sobre março do ano passado, somando 269.463 veículos comercializados.

O segmento de motos continuou se destacando com um dos principais pilares de expansão do mercado, com 221.573 unidades vendidas, aumento de 29,19% em relação a fevereiro e de 33,47% em comparação a março de 2025.

“Mais uma vez, as motocicletas tiveram papel decisivo no desempenho do setor. É um segmento que vem ampliando sua importância no mercado brasileiro, tanto pela mobilidade quanto pela função econômica e social que exerce”, disse o presidente da Fenabrave. (Agência Brasil)

## Govto reajusta auxílios saúde e creche para servidores com impacto de R\$ 200 milhões

O governo federal reajustou na segunda-feira (6) os benefícios de auxílio-saúde e auxílio-creche para os servidores do Executivo. O impacto previsto para este ano é de R\$ 202 milhões, segundo a Lei Orçamentária de 2026.

O anúncio, que havia sido feito no fim de março, foi oficializado nesta semana, após publicação de duas portarias. Além da assistência a creche e saúde, o governo também havia aumentando o auxílio alimentação, que passa a ser de R\$ 1.192. Ao todo, o aumento dos benefícios tem impacto previsto de R\$ 283 milhões no orçamento deste ano.

Com o aumento, os valores da assistência à saúde suplementar podem chegar a R\$ 464,89 por pessoa, enquanto o auxílio-creche passa a ser de R\$ 526,64, valor fixo. Segundo o MGI (Ministério da Gestão e da Inovação), os reajustes no acumulado de 2023 a 2026 superam a inflação do período, projetada em 19%.

O governo também aumentou a indenização de transporte, paga a servidores que usam veículo próprio para a execução de atividades externas. O teto máximo do benefício foi de R\$ 17 para R\$ 82.

Apenas atividades inerentes ao trabalho darão direito a indenização, como ações de fiscalização, vistorias, inspeções e acompanhamento de obras.

A assistência à saúde contempla 865 mil pessoas, incluindo servidores ativos, aposentados, dependentes e pensionistas. O benefício varia de acordo com a faixa etária e a remuneração. Pessoas que recebem até R\$ 3.000 por mês e têm 59 anos ou

mais terão direito ao maior valor da tabela, de R\$ 464,89. Já menores de 18 anos, como é o caso dos dependentes, com renda acima de R\$ 21 mil terão o menor benefício, de R\$ 120.

Além dos servidores ativos, militares da Polícia e dos bombeiros de ex-territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima também receberão valores reajustados.

Funcionários do Executivo federal também receberão um novo valor de assistência pré-escolar, conhecida como auxílio-creche. A verba vai beneficiar 65 mil servidores da ativa que possuem dependentes de até seis anos de idade. Com o reajuste de R\$ 8,55%, a cifra chega a R\$ 526.

Esses benefícios já haviam sido reajustados em 2023, primeiro ano de governo Lula. No fim do ano passado, quando o governo aumentou o auxílio-alimentação, os servidores já pleiteavam um valor maior para a assistência pré-escolar e a saúde complementar.

O governo federal tem implementado uma série de medidas voltadas ao servidor público no ano eleitoral. No fim de março, o presidente Lula (PT) sancionou a reestruturação de carreiras, que incluiu aumento salarial para algumas categorias, com impacto de até R\$ 5,3 bilhões neste ano.

Segundo o governo, o valor não será executado necessariamente de forma integral neste ano, por depender da implantação dos Institutos Federais de Educação e da própria realização ou finalização dos concursos para os cargos que estão sendo criados. (Folhapress)

## Petrobras destituiu diretor de área que vendeu gás com 100% de ágio

A Petrobras informou que destituiu o cargo de diretor executivo de Logística, Comercialização e Mercados, Claudio Romeo Schlosser. O anúncio foi feito na noite da segunda-feira (6), após reunião do Conselho de Administração da estatal de petróleo.

Claudio Schlosser era responsável pela área da empresa que realizou, na última terça-feira (31), o leilão de gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de cozinha, que teve ágio de mais de 100%, ou seja, o combustível chegou a ser vendido para distribuidoras por mais que o dobro do preço de tabela.

Dois dias após o leilão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a realização do certame, indicando que tinha sido feito contra a orientação da empresa. Lula classificou o leilão como “cretinice, bandagem” e mencionou o interesse de anular a venda.

“As pessoas sabiam da orientação do governo, da orientação da Petrobras de não aumentar o GLP. Pois fizeram um leilão contra a vontade da direção da Petrobras”, declarou, na ocasião, em entrevista à TV Record Bahia.

No mesmo dia das declarações de Lula, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor e vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), realizou uma fiscalização em refinarias da Petrobras

para apurar “suspeitas de prática de preços com ágios elevados” no leilão de gás de cozinha.

## Alta nos preços

Apesar de ser conhecido como gás de cozinha, o GLP também é utilizado como combustível por indústrias.

O leilão foi feito em cenário de escalada internacional do preço do petróleo e de derivados por causa da guerra no Irã, que levou distúrbios à cadeia produtiva da matéria-prima, ameaçando o produto de escassez.

Ao mesmo tempo, o governo estudava meios para suavizar os efeitos da alta do petróleo e derivados. A destituição do diretor da Petrobras ocorreu no mesmo dia em que o governo anunciou medidas que incluem zeragem de impostos e subsídios para o diesel e gás de cozinha.

## Diretoria ocupada

A diretoria ocupada até essa segunda-feira por Schlosser é uma das oito que ficam sob o guarda-chuva da presidente da estatal, Magda Chambriard. Entre as atribuições da diretoria está decidir para quem e por quanto a Petrobras vende seus produtos.

A estatal informou que a então diretora executiva de Entendimento Energética e Sustentabilidade, Angélica Laureano, assume a diretoria de Logística, Comercialização e Mercados. Já o diretor executivo de

Processos Industriais e Produtos, William França, acumulará, de forma temporária, as funções que eram de Laureano.

Claudio Schlosser é engenheiro químico e advogado. Ele entrou na Petrobras em 1987, no cargo de engenheiro de processamento de petróleo. Estava na diretoria desde março de 2023, quando a companhia era presidida pelo antecessor de Chambriard, Jean Paul Prates.

## Novo presidente do conselho

A Petrobras informou também, na noite de ontem, que o Conselho de Administração elegeu Marcelo Weick Pogliese como presidente do colegiado até a próxima assembleia geral, que deve acontecer dentro de dez dias.

Marcelo Weick Pogliese substitui Bruno Moretti, que renunciou na última terça-feira (31) para assumir o Ministério do Planejamento e Orçamento em substituição a Simone Tebet, que deve partir para o Senado pelo estado de São Paulo.

O Conselho de Administração é um órgão de orientação e direção superior da Petrobras, responsável pela definição das estratégias. É composto por sete a 11 membros eleitos pelos acionistas. A presidente Magda Chambriard é uma das integrantes do colegiado.

O governo é o acionista controlador da empresa e, por

# Governo eleva imposto do cigarro para bancar querosene e biodiesel

## Entidades médicas criticam renovação de CNH sem exame de aptidão



O Congresso Nacional instalou na terça-feira (7) comissão especial para analisar a Medida Provisória nº 1.327/2025, que prevê a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sem a realização do exame de aptidão física e mental.

Em meio à movimentação na Casa, mais de 35 entidades médicas brasileiras divulgaram um manifesto onde alertam que a retirada da exigência do exame compromete a capacidade do país de prevenir mortes no trânsito.

O posicionamento, liderado pela Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet), reforça que a aptidão para dirigir não é permanente, mas uma condição que pode ser alterada ao longo do tempo em razão de doenças, do uso de medicamentos ou de eventos clínicos que afetam visão, reflexos, cognição e capacidade motora.

"Na prática, isso significa que um condutor pode estar inapto para dirigir sem qualquer registro de infração. Problemas como diabetes, cardiopatias, epilepsia, distúrbios do sono e doenças neurológicas não aparecem em radares nem em multas, mas impactam diretamente a segurança ao volante", destacou a Abramet em nota.

A MP, que foi publicada no dia 10 de dezembro de 2025, altera regras do Código de Trânsito Brasileiro, modificando a validade da CNH e a forma de realização de exames para obtenção e renovação da habilitação. A medida também permite a emissão da CNH em formato digital e estabelece a renovação automática para condutores cadastrados no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC).

A entidade defende que o exame de aptidão física e mental, realizado pelo médico do tráfego, figura atualmente como único instrumento capaz de identificar esses riscos clínicos.

Além da Abramet, assinam o documento o Conselho Federal de Medicina (CFM), acompanhado dos conselhos regionais; Associação Médica Brasileira (AMB); a Federação Nacional dos Médicos (Fenam); a Federação Médica Brasileira (FMB); e o Instituto Brasil de Medicina (IBDM).

"O conjunto de signatários reúne representantes de áreas diretamente relacionadas ao atendimento das vítimas de trânsito, como emergência, terapia intensiva, neurologia, ortopedia e reabilitação, além de especialidades que lidam com condições

clínicas que podem interferir na capacidade de dirigir", ressaltou a Abramet.

O presidente da Comissão mista será o deputado federal Luciano Amaral (PSD-AL) e o vice-presidente será o senador Dr. Hiran (PP-RR). O relator da MP é o senador Renan Filho (MDB-AL).

### Números

Dados apresentados pela entidade mostram que, em 2024, o Brasil registrou 38.253 mortes no trânsito e quase 285 mil internações hospitalares, com custo direto de aproximadamente R\$ 400 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os números, segundo a Abramet, não incluem despesas de longo prazo com reabilitação e benefícios previdenciários, o que ampliaria ainda mais o impacto econômico dos sinistros de trânsito.

A associação defende que a discussão seja tratada com base técnica, citando que a condução de um veículo envolve requisitos físicos e mentais que podem se alterar ao longo da vida, enquanto sistemas de fiscalização monitoram comportamento, mas não condições de saúde.

### Medida Provisória

A partir da MP, qualquer médico ou psicólogo poderá realizar os exames de aptidão física, mental e avaliação psicológica, sem necessidade de vínculo com Centros de Formação de Condutores (CFCs). Os valores máximos desses exames passarão a ser fixados e o documento poderá ser emitido em formato físico ou digital.

Pela medida, os motoristas sem infrações registradas no RNPC terão renovação automática da CNH, dispensando novos exames, exceto nos casos de:

- pessoas com 70 anos ou mais;
- motoristas com 50 anos ou mais, que terão direito a apenas uma renovação automática;
- condutores com restrições médicas previstas no Código de Trânsito.

### Outras mudanças

No final do ano passado, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou uma resolução com outras mudanças na CNH, como por exemplo, o fim da obrigatoriedade de aulas de autoescolta obrigatórias para obtenção do documento.

A resolução prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios para a emissão da CNH. (Agência Brasil)

O imposto sobre cigarros subirá para compensar a perda de arrecadação com a isenção de tributos sobre o biodiesel e o querosene de aviação (QAV), combustível utilizado no transporte aéreo. A medida faz parte do pacote anunciado para conter os efeitos da alta dos combustíveis provocada pela guerra no Oriente Médio.

A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros subirá de 2,25% para 3,5%. Com isso, o preço mínimo da carteira deve passar de R\$ 6,50 para R\$ 7,50.

A estimativa da equipe econômica é arrecadar cerca de R\$ 1,2 bilhão nos próximos dois meses. A mudança busca compensar a decisão de zerar as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o querosene de aviação, medida que deve reduzir em cerca de R\$ 0,07 o preço por litro do combustível. O impacto

fiscal dessa desoneração é estimado em R\$ 100 milhões por mês. Durante o anúncio, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que aumentos anteriores no imposto sobre cigarros não tiveram os efeitos esperados, nem na redução do consumo nem na ampliação da arrecadação.

### Compensações

Além da alta no imposto sobre cigarros, o governo prevê outras fontes para equilibrar as contas.

Segundo o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, a elevação nas receitas com royalties do petróleo deve ajudar a compensar os gastos com as medidas, estimados em R\$ 10 bilhões. No mês passado, a equipe econômica aumentou em R\$ 16,7 bilhões a estimativa de arrecadação com royalties de petróleo para 2026.

A projeção foi impulsionada pela alta de cerca de 40% no pre-

ço internacional do petróleo desde o início do conflito.

Durigan explicou também que entram na conta para manter medidas como a alíquota de 12% do imposto de exportação sobre o petróleo, instituída em março, o aumento da arrecadação dos tributos ligados aos lucros das empresas vendedoras de combustível e a elevação das receitas com leilões de petróleo da camada pré-sal.

### Meta fiscal

Segundo o governo, o conjunto de ações busca equilibrar as contas públicas enquanto reduz o impacto da alta dos combustíveis sobre a economia e o consumidor.

Para este ano, o governo prevê pequeno superávit primário de R\$ 3,5 bilhões, excluindo os precatórios e alguns gastos fora do arcabouço fiscal, como defesa, saúde e educação. Ao incluir essas despesas, a previsão passa

para déficit primário de R\$ 59,8 bilhões.

O resultado primário representa o déficit ou superávit das contas do governo sem as juros da dívida pública.

Durigan assegurou que a elevação do imposto sobre o cigarro, o imposto de exportação sobre petróleo e os aumentos de arrecadação decorrente da maior cotação do barril conseguirão compensar integralmente as medidas para segurar a alta dos combustíveis.

"Quando a gente faz um crédito extraordinário, por não estar previsto em razão da guerra, ele ultrapassa o limite previsto para o Orçamento deste ano, mas ele não exclui o cumprimento da meta de resultado primário. O que a gente gastar a mais para a proteção da população está necessariamente casado com o aumento de arrecadação", justificou o ministro da Fazenda. (Agência Brasil)

## Governo prepara linhas de crédito para dívidas de pessoas físicas, MEI e pequenas empresas

O ministro Dario Durigan, da Fazenda, disse na terça-feira (7) que o governo avalia a criação de diversas linhas de crédito para o programa de renegociação de dívidas encomendado pelo presidente Lula (PT).

"Vai ter mais de uma linha, seja para famílias, seja para trabalhadores informais, seja para MEIs e pequenas empresas. Que a gente consiga reperfilar, renegociar a dívida e oferecer uma condição melhor para essas pessoas", afirmou.

O governo também considera liberar o uso de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para a linha de crédito em estudo pela equipe econômica.

Antes, segundo o ministro, a Fazenda está avaliando, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, o impacto do uso desses recursos para a sustentabilidade do fundo. "Estamos caminhando com essa avaliação do impacto. Isso ainda não está concluído", afirmou.

Marinho tem criticado, desde o início do governo, a libera-

ção do FGTS, por exemplo, na modalidade do saque-aniversário e do uso desse valor para empréstimos.

No ano passado, o governo chegou a fazer uma liberação extraordinária do saldo do fundo para trabalhadores que foram demitidos depois de aderir ao saque-aniversário. Ao fazer isso, o celetista perde o acesso ao saque-recisão, aquele liberado com a demissão.

Durigan esteve com a bancada do PT na Câmara em sua primeira reunião com os parlamentares desde que assumiu o comando da equipe econômica. Antes de ir ao Parlamento, ele esteve com o presidente Lula, com quem discutiu possíveis desenhos desse plano de desendividamento.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, uma das contrapartidas ao acesso a essas linhas de crédito deve ser a criação de alguma barreira ao endividamento. "Por exemplo, com bets, com apostas digitais, para que a gente não desafogue, desenrole as pessoas e, no ato seguinte, voltem a se

endividar. Seria muito ruim", disse o ministro.

O endividamento das famílias é uma das principais preocupações de Lula em ano eleitoral. O novo programa foi encomendado pelo presidente ao Ministério da Fazenda, que vem discutindo as medidas com outras pastas do Executivo e também com o setor financeiro.

Segundo Durigan, um dos diagnósticos da Fazenda no desenvolvimento do programa é o de que atualmente as linhas mais problemáticas para o endividamento são cartão de crédito, cheque especial e CDC (crédito pessoal sem garantia). A avaliação, segundo o ministro, parte também das instituições financeiras, que "gostariam de melhorar a situação dessas pessoas" e "oferecer saídas com desconto".

Um dos pontos em aberto no desenho das linhas de crédito é como fazer um aporte adicional no FGO (Fundo de Garantia de Operações), abastecido com recursos federais e que serviria de garantia aos

empréstimos. Em caso de inadimplência, o FGO honraria os pagamentos.

Segundo técnicos ouvidos pela reportagem sem reserva, o fundo tem hoje menos de R\$ 1 bilhão disponível para novas garantias, o que é insuficiente para fazer o novo programa funcionar. Um novo aporte no FGO representaria uma despesa primária, sujeita aos limites de gastos do arcabouço fiscal e também à meta de resultado primário. Isso significa que o Executivo precisaria cortar de outro lugar para acomodar o repasse.

Nesse contexto, surgiu a ideia de usar o dinheiro esquecido nos bancos, que hoje soma R\$ 10,5 bilhões, segundo dados do SIV (Sistema de Valores a Receber), do Banco Central. Nesta terça, Durigan não quis falar sobre a possibilidade de usar esse dinheiro esquecido.

"Não vou entrar nos detalhes das medidas de endividamento que a gente está discutindo com o presidente. Isso ainda vai ser anunciado com todos os detalhes." (Folhapress)

## Galípolo confirma ida a CPI após comissão aprovar requerimento sobre encontro de Lula e Vercaro

O presidente do BC (Banco Central), Gabriel Galípolo, confirmou que irá depor nesta quarta-feira (8) à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Crime Organizado do Senado. A reunião está marcada para começar às 10h.

A informação foi dada pelo presidente da comissão, Fabiano Contarato (PT-ES), na terça (7) e confirmada pela assessoria de imprensa do Banco Central. Galípolo foi convidado a participar da CPI e, por isso, sua presença não é obrigatória.

O requerimento aprovado para convidar o presidente da autoridade monetária, apresentado pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), justifica o depoimento ao mencionar o encontro de Galípolo com o presidente Lula

(PT) e o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, no Palácio do Planalto em 4 de dezembro de 2024.

"A presença de dirigente do Banco Central do Brasil em encontro dessa natureza, envolvendo agente econômico investigado, suscita questionamentos legítimos quanto à finalidade institucional da reunião, ao seu conteúdo e aos limites da atuação de autoridades monetárias em situações sensíveis do ponto de vista regulatório e investigativo", diz o documento.

"Considerando que o Banco Central exerce função essencial na supervisão, fiscalização e estabilidade do sistema financeiro nacional, é imprescindível que esta comissão tenha pleno esclarecimento acerca das razões que

motivaram a participação do sr. Gabriel Galípolo no referido encontro", completa.

O encontro foi antes do escândalo de fraude financeira ser conhecido do público.

Vercaro foi ao Planalto acompanhando o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Augusto Lima, ex-sócio do Master, também estava com eles. Mantega tinha uma conversa marcada com o chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola. Depois, pediu para falar com o presidente.

Na mesma audiência, a CPI do Crime Organizado também quer ouvir o ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, que foi condecorado a depor, o que torna sua presença obrigatória. O econo-

mista já foi liberado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça de falar ao colegiado.

Caso não seja prorrogada, a comissão está em suas últimas semanas de funcionamento. O prazo dos trabalhos é até 14 de abril. Na segunda (6), o relator Alessandro Vieira (MDB-SE) um pedido para estender o período por 60 dias.

O colegiado foi instaurado em novembro de 2025 na esteira da Operação Contenção, no Rio de Janeiro, que detoux 122 mortos. No entanto, como mostrou a Folha, o grupo se tornou uma das frentes encontradas pelos senadores para apurar o caso Master diante da resistência de Alcolumbre em abrir uma CPI sobre o tema. (Folhapress)

## PGR defende eleições diretas para mandato-tampão de governador do Rio

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou na terça-feira (7) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à realização de eleições diretas para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro.

O parecer foi anexado à ação na qual o diretório estadual do PSD defende eleições populares para o comando interino do estado, e não votação indireta, por meio dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

No entendimento da procuradoria, a condenação do ex-governador Cláudio Castro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) gerou a vacância por motivos eleitorais. Dessa forma, o governador deve ser escolhido pela

população.

"Esse quadro, a toda evidência, não se coaduna com a determinação de realização de eleições indiretas, a qual – por isso mesmo – torna-se passível de adequação pela via reclamatória", afirmou a PGR.

O julgamento definitivo no STF sobre a eleição para mandato-tampão no Rio será nesta quarta-feira (8). Quem for eleito para comandar o estado ficará no cargo até o fim deste ano. Em janeiro, o governador eleito nas eleições de outubro assumirá o cargo pelos próximos quatro anos.

No dia 23 de março, Castro foi condenado à inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em função da condena-

ção, o tribunal determinou que um governador seria escolhido por eleições indiretas para mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. A medida foi vista como uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. O ex-governador poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado está desfalcada.

O ex-vice-governador Thiago Pampholha deixou o cargo, em

2025, para assumir uma vaga no Conselho de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro. Antes da decisão, Bacellar também foi afastado da presidência da Casa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é investigado no caso que envolve o ex-deputado TH Joias.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado. (Agência Brasil)









# O.E. Setubal S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024, acompanhadas das notas explicativas.

CNPJ nº 06.074.456/0001-90  
São Paulo, 26 de Março de 2024. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1,00)

ATIVO	2025		2024		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>CIRCULANTE (Nota 2.2)</b>					<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	285.261	112.353	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)...	7.231	3.765	
Ativos Financeiros	15.028.302	6.803.179	Demais Tributos e Contribuições a Pagar	14.453.310	5.847.960	
Juros sobre Capital Próprio a Receber	1	155	Créditos de Acionistas	537	16.894	
Tributos a Recuperar	865.378	633.774	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.461.078</b>	<b>5.868.619</b>	
Demais Ativos Circulantes	32.892	64.530				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>16.211.834</b>	<b>7.616.000</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Demais Ativos Não Circulantes	167.569	1.882.245	Capital Social (Nota 2.4)	11.872.337	12.837.249	
Investimentos	1.177.344	1.172.614	Reservas de Lucros	--	25.279	
Imobilizados	8.776.095	8.787.656	Prejuízos Acumulados	(907.192)	(907.192)	
Intangíveis	513	1.720	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.872.337</b>	<b>11.897.616</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.333.415</b>	<b>17.766.235</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26.333.415</b>	<b>17.766.235</b>	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R\$ 1,00)

Em 1º de janeiro de 2024.	Capital Social		Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	Social	AFAC	Legal	Especial	Acumulados	Patrimônio Líquido		
Prejuízo do Exercício	12.837.249	--	--	--	(907.192)	12.455.336	--	--
Em 31 de dezembro de 2024.	12.837.249	25.279	--	--	(557.720)	(57.720)	11.897.616	--
Redução de Capital para:								
- Absorção dos Prejuízos Acumulados	--	--	--	--	964.912	--	964.912	(4.534.341)
Prejuízo do Exercício	--	--	--	--	--	--	--	(4.534.341)
Absorção dos Prejuízos, com:								
- Reserva Legal	--	--	--	--	(25.279)	25.279	--	--
- Crédito de Acionistas	--	--	--	--	4.509.062	4.509.062	--	--
Em 31 de dezembro de 2025	11.872.337	--	--	--	--	--	11.872.337	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em R\$ 1,00)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A O.E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: O encargo de imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas

em relação ao risco de não reconhecimento de créditos e provisões para contingências.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social da O.E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado e de R\$ 11.872.337 (2024 - R\$ 12.837.249), representado por 700.000 ações ordinárias (2024 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

3 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras

Rendimentos de Aplicações

Variação Cambial Ativa

Despesas Financeiras

Despesas Bancárias

Prejuízo de Aplicação

Variação Cambial Passiva

(91.698) (33.044)

1.219.848 877.905

49.636 483.265

42.319 67.727

328 293

1.338.931 991.569

(43.890) (19.528)

(2.977) (7.349)

(45.441) (6.952)

(91.698) (33.044)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

RECEITAS OPERACIONAIS	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Recargas Operacionais	68	471	Despesas Gerais e Administrativas	(5.724.111)	(1.470.510)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.724.111)	(1.470.510)	Tributos	(62.261)	(46.193)
Outras Receitas e Despesas	4.230	292	<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(5.786.304)</b>	<b>(1.516.232)</b>
Recargas Financeiras (Nota 3)	1.338.931	991.569	Despesas Financeiras (Nota 3)	(91.698)	(33.044)
Despesas Financeiras (Nota 3)	(91.698)	(33.044)	Outras Receitas e Despesas	4.230	292
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(4.534.341)</b>	<b>(557.720)</b>	Imposto de Renda e Contribuição Social	--	--
Imposto de Renda e Contribuição Social	--	--	<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(4.534.341)</b>	<b>(557.720)</b>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(4.534.341)</b>	<b>(557.720)</b>			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Prejuízo do Exercício	(4.534.341)	(557.720)	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(4.534.341)	(557.720)	Despesas Financeiras	154	562
Despesas Financeiras	154	562	Tributos a Recuperar	(229.604)	(124.238)
Tributos a Recuperar	(229.604)	(124.238)	Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265
Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265	Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)
Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)	Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501	Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082
Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082	<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>
<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

RECEITAS OPERACIONAIS	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Recargas Operacionais	295.320	457.002	Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)	Tributos	(23.506)	(26.555)
Outras Receitas e Despesas	175.359	368.337	Lucro Operacional	175.359	368.337
Recargas Financeiras (Nota 3)	308.137	177.249	Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)
Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)	Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753
Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753	Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261	Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)	Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261
Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261	Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)
Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)	Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)
Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)	Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948
Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948	Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626
Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Prejuízo do Exercício	(4.534.341)	(557.720)	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(4.534.341)	(557.720)	Despesas Financeiras	--	(8.763)
Despesas Financeiras	--	(8.763)	Outras Receitas e Despesas	308.137	177.249
Outras Receitas e Despesas	308.137	177.249	Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265
Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265	Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)
Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)	Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501	Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082
Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082	<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>
<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

RECEITAS OPERACIONAIS	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Recargas Operacionais	295.320	457.002	Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)	Tributos	(23.506)	(26.555)
Outras Receitas e Despesas	175.359	368.337	Lucro Operacional	175.359	368.337
Recargas Financeiras (Nota 3)	308.137	177.249	Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)
Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)	Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753
Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753	Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261	Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)	Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261
Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261	Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)
Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)	Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)
Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)	Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948
Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948	Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626
Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Prejuízo do Exercício	(4.534.341)	(557.720)	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(4.534.341)	(557.720)	Despesas Financeiras	--	(8.763)
Despesas Financeiras	--	(8.763)	Outras Receitas e Despesas	308.137	177.249
Outras Receitas e Despesas	308.137	177.249	Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265
Demais Ativos Circulantes	31.647	325.265	Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)
Demais Ativos Não Circulantes	20.676	(22.041)	Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.466	2.501	Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082
Demais Passivos Circulantes	(16.357)	14.082	<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>
<b>Variação no Balanço</b>	<b>(1.900.018)</b>	<b>(1.966.343)</b>			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

RECEITAS OPERACIONAIS	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Recargas Operacionais	295.320	457.002	Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.455)	(62.110)	Tributos	(23.506)	(26.555)
Outras Receitas e Despesas	175.359	368.337	Lucro Operacional	175.359	368.337
Recargas Financeiras (Nota 3)	308.137	177.249	Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)
Despesas Financeiras (Nota 3)	(509)	(1.078)	Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753
Outras Receitas e Despesas	3.726.514	1.753	Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.209.501	546.261	Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.198)	(21.313)	Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261
Lucro antes da Distribuição de JCP	4.161.303	546.261	Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)
Juros sobre Capital Próprio	--	(300.000)	Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)
Lucro Líquido de Reserva Legal	208.065	(12.913)	Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948
Lucro Líquido do Exercício	3.953.238	233.948	Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626
Lucro por Ação (Nota 2.5)	6,0423	0,002626			

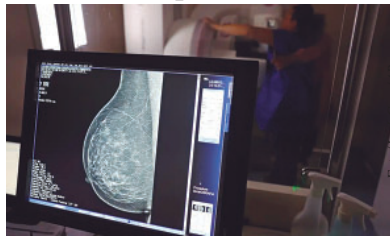
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1,00)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2025		2024		
	2025	2024	2025	2024	
Prejuízo do Exercício	(4.534.341)	(557.720)	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(4.534.341)	(557.720)</			



# FGC libera R\$ 6 bilhões a credores com mais de R\$ 1 mil no Will Bank

**Nova lei reforça direito a três folgas por ano para exames preventivos**



Uma nova lei, publicada na segunda-feira (6), reforça o direito do trabalhador com contrato via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de se afastar até três dias por ano para realizar exames preventivos de câncer, em desconto salarial. O direito já estava incluído na CLT desde 2018. A partir de agora, as empresas passam a ser obrigadas a divulgar essa informação, além de outras relacionadas a campanhas oficiais de

vacinação contra o HPV e sobre o acesso a serviços de diagnósticos de cânceres de mama, próstata e de cólio do útero. O texto estende o uso das folgas também para a realização de exames preventivos do HPV, além dos de câncer que já estavam previstos na legislação anterior. A Lei 15.377 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU). (Agência Brasil)

**MEC abre as adesões de governos à PND e divulga calendário de 2026**



O Ministério da Educação (MEC) abriu o período de abril a maio para novas adesões voluntárias à Prova Nacional Docente (PND) pelas redes públicas de ensino (municipais, estaduais e distrital) para a edição de 2026. Os governos municipais e estaduais que tiverem interesse em usar a nota obtida pelos candidatos no exame, em seus próprios processos seletivos de professores, já podem aderir à PND diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), do MEC.

O acesso ao sistema é realizado com login e senha da plataforma Gov.br do dirigente local e sua equipe técnica. Este processo formaliza a adesão à prova nacional com o Ministério da Educação.

A data final exata para adesão ainda será divulgada pelo MEC.

A prova tem o objetivo de facilitar a contratação para o magistério da educação básica pelas prefeituras e governos estaduais. Isto porque a nota alcançada pelo participante da PND poderá ser usada como etapa única ou complementar de concursos públicos locais ou processos seletivos simplificados para admissão de professores.

**Adesões anteriores**

O governo federal também dispensou de assinar novos termos de adesão com o Ministério da Educação (MEC) as redes municipais, estaduais e do Distrito Federal que já formalizaram a adesão à PND em 2025.

No entanto, os secretários de educação ou dirigentes municipais cadastrados destas localidades deverão manifestar o interesse em usar novamente a nota da PND, por meio do mesmo sistema oficial.

As regras foram estabelecidas na portaria do MEC publicada nesta segunda-feira (6).

No ano passado, 1.508 municípios e 22 estados aderiram à PND e, agora, não precisam de um novo contrato.

Pela nova norma, a adesão feita a partir de 2025 será por prazo indeterminado e poderá ser cancelada se o gestor local de educação desajazar. A solicitação de cancelamento

também deverá ser via Simec.

**Cronograma geral**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também divulgou, nesta segunda-feira (6), o calendário geral da PND neste ano. Os prazos oficiais ainda serão estabelecidos pelo governo federal.

A PND é a mesma avaliação teórica do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas.

Após o período de novas adesões de gestores das secretarias de educação de estados e municípios e também da renovação de interesse por aqueles entes federados que aderiram à PND em 2025, Ministério da Educação deverá publicar – no Diário Oficial da União e em sua página eletrônica – a lista dos que aderiram à prova.

A previsão é até junho. Anualmente, essa divulgação ocorre antes do período de inscrições dos participantes na PND. Em 2026, o período de inscrição dos candidatos será de 15 a 26 junho.

A prova chamada de Enem dos Professores será realizada em 20 de setembro, conforme o calendário do Enade das Licenciaturas.

Os resultados finais da PND 2026 serão conhecidos em dezembro.

**Enem dos Professores**

O exame chamado de “Enem dos Professores” é realizado anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A aplicação é descentralizada em todas as 27 unidades da federação. A PND não gera um banco de candidatos para a rede de ensino, não é possível fazer uma consulta geral dos inscritos na PND ou obter uma lista de participantes. A prova nacional não substitui o processo de seleção da rede de ensino, que deverá publicar edital próprio, com vagas, cargos, prazos e critérios de ingresso.

A rede só acessa as notas quando informa os números do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos candidatos.

Os resultados de cada edição do exame têm validade de três anos. (Agência Brasil)

Quase três meses após a liquidação do Will Bank, fintech ligada ao Banco Master, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) iniciou a segunda fase de pagamentos aos clientes da instituição. Nesta etapa, serão liberados R\$ 6,06 bilhões para cerca de 312 mil credores com valores a receber entre R\$ 1 mil e R\$ 250 mil.

Os pagamentos são feitos exclusivamente pelo aplicativo do FGC. Para receber, o cliente precisa se cadastrar na plataforma, preencher os dados solicitados, enviar a documentação necessária e formalizar o pedido.

O fundo orienta que os usuários mantenham as notificações do aplicativo ativas para acompanhar o andamento da solicitação e eventuais pendências.

**Como receber**

Para ter acesso ao dinheiro, o credor deve: Baixar o aplicativo do FGC; Realizar cadastro na plataforma; Conferir e complementar informações; Enviar documentos exigidos; Pedir o ressarcimento.

O FGC alerta que não entra



em contato por telefone, redes sociais ou aplicativos de mensagens para pedir dados ou senhas. Todo o processo deve ser feito apenas pelos canais oficiais.

**Balanco**

A primeira etapa dos pagamentos aos credores do Will Bank, iniciada em fevereiro, contemplou clientes com até R\$ 1 mil a receber. Até agora, foram pagos R\$ 126 milhões a mais de 1,1 milhão de pessoas. Desde janeiro, o FGC desem-

bolsou cerca de R\$ 39,3 bilhões em ressarcimentos a clientes do Banco Master, Banco Master de Investimento e Letsbank, o equivalente a 96,9% da quantia prevista. Ao todo, aproximadamente 669 mil credores já receberam os valores, o que representa 90,24% dos beneficiários.

Em relação ao Banco Pleno, outra instituição ligada ao Master, os pagamentos somam R\$ 3,61 bilhões, beneficiando cerca de 107,3 mil pessoas. Isso equivale a 70,45% dos credores e a 75,39%

do valor previsto a ser liberado para essa instituição.

**Regras e limites**

O ressarcimento segue o limite de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, conforme as regras do sistema. Clientes que já atingiram esse teto em outras instituições do mesmo grupo, como o Banco Master e empresas associadas, não terão valores adicionais a receber do Will Bank.

Há exceção para investimentos realizados até 31 de agosto de 2024, que mantêm a garantia individual dentro do limite.

**Liquidação**

A liquidação do Will Bank foi decretada pelo Banco Central (BC) após a deterioração da situação financeira da instituição e problemas no cumprimento de obrigações. O banco faz parte do conglomerado liderado pelo Banco Master.

Desde então, o FGC vem conduzindo o processo de devolução dos valores aos clientes afetados. (Agência Brasil)

## Relatório da RSF aponta desafios para futuro do jornalismo íntegro

Relatório divulgado pela organização não governamental Reporters sem Fronteiras (RSF) destaca o combate à desinformação e o incentivo à educação midiática como medidas para garantir o jornalismo íntegro e de confiança pelos próximos 10 anos.

O documento recém-lançado contribui para o debate sobre a profissão, lembrada na terça-feira no Brasil, como o Dia do Jornalista (7).

A instituição apresenta quatro cenários hipotéticos de onde estará o jornalismo no Brasil daqui a uma década e seis estratégias possíveis para que a sociedade possa contar, ao fim desse período, com “um jornalismo íntegro e de confiança”.

Os quatro cenários, construídos pelo Laboratório de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (Lab-GEOP) da Unicamp para a RSF, distinguem-se pelo domínio das plataformas digitais; pelo fortalecimento do jornalismo; pela alta fragmentação da informação produzida e pelo fim do jornalismo.

“O futuro, provavelmente, vai ser muito mais uma mistura dos elementos dos diferentes cenários do que um cenário estanque”, explica Sérgio Lüdtké, coordenador de Projetos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e editor-chefe do Projeto Comprova. Lüdtké participou do comitê consultivo do projeto do RSF.

As seis estratégias envolvem: tornar o método jornalístico amplamente adotado e difundido; enfrentar a desinformação; fortalecer redes de cooperação entre organizações de jornalismo e universidades; diversificar modelos de financiamento do jornalismo; investir em educação midiática; defender a regulação do jornalismo.

**Desafios**

De acordo com a entidade, os riscos para a comunicação virtual decorrentes da falta de clareza entre conceitos como notícia, opinião, desinformação e propaganda, em um ambiente político polarizado, fazem parte da atuali-

dade e influenciam toda essa construção.

A isso se soma o fato de as pessoas alimentarem suas convicções a partir do que acreditam ser realidade, de acordo com o conteúdo selecionado pelo algoritmo da rede social.

“O método jornalístico é um elemento central de apreensão da realidade e do debate público, que está no cerne da qualidade democrática”, resume Artur Romeu, diretor do escritório do RSF para América Latina, na apresentação do relatório.

**Plataformas digitais**

Para Samira de Castro, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, o futuro aponta para o cenário de domínio das plataformas digitais.

“Desde os grandes veículos [de comunicação] até a chamada mídia independente alternativa, todos necessitam escorar sua produção jornalística pelas plataformas digitais”.

Segundo ela, que também atuou no comitê consultivo, o jornalismo é refém da política de algoritmo dos meios digitais. “Essas [plataformas] são controladas por empresas multinacionais com total opacidade da sua política algorítmica”.

De acordo com o diretor do escritório do RSF, Artur Romeu, o jornalismo passa a operar dentro das regras que são cada vez mais arquitetadas por essas grandes empresas.

“[O jornalismo] torna-se dependente dos canais de distribuição das plataformas digitais, na medida em que cada vez mais pessoas consomem notícias e informação através dessas plataformas”.

O efeito da “plataformização” é a desvalorização do jornalismo. Essa se deu quando passou a competir “de igual para igual” com a desinformação e com a propaganda, e passou a ser vista como mais uma narrativa”, acrescenta Sérgio Lüdtké.

Ele acrescenta que o uso de inteligência artificial pode agravar o esvaziamento da profissão e substituir jornalistas nas atividades de apuração e escrita.



Além do domínio das plataformas digitais, outros riscos foram apontados, como o ambiente político altamente polarizado; a histórica concentração de mídia no Brasil; o baixo letramento midiático e a insuficiente escolaridade da população.

Também há ameaças no dia a dia da comunicação, como a desregulamentação da profissão de jornalista; precarização e enguamento das redações; perseguição a profissionais (principalmente mulheres); censura e autocensura de repórteres e editores; substituição de jornalistas formados por influencers; preferência por conteúdos de menor profundidade em busca de mais audiência; e, como consequência, visões segmentadas da realidade.

O relatório aponta a necessidade de maior atuação do Estado como legislador do funcionamento das plataformas digitais, regulador das atividades dos jornalistas e propulsor da atividade jornalística, inclusive em cidades onde há desertos de notícia e nenhum veículo de comunicação em funcionamento.

O documento destaca a necessidade de aproximação com as universidades, tanto para atuar na formação de jornalista diante dos cenários e estratégias traçados quanto para atuar na educação midiática.

Sérgio Monteiro Salles Filho, professor titular do Departamento de Política Científica da Unicamp e integrante do Lab-GEOP, que elaborou o relatório para o RSF, acrescenta a possibilidade de se criar “selos” que ates-

tem o trabalho jornalístico.

Uma indicação para quem consome notícias “de que processos de integridade e confiabilidade estão sendo respeitados” e que na matéria jornalística “teve checagem e apuração”.

“Essa não é uma agenda de jornalistas e meios de comunicação, é uma agenda da garantia do direito de cada pessoa, cada brasileiro a ter acesso à informação livre, plural, independente de confiança”.

Nesse sentido, o relatório cita, na página 18, a importância da Agência Brasil e das agências estaduais como grandes centrais de curadoria e distribuição de informação confiável, que garante acesso a fatos verificados e informações de produção humana.

“Seus produtos detêm alta capilaridade e, assim, permitem que veículos locais e hiperlocais reproduzam decisões públicas no noticiário cotidiano das comunidades”, destaca o relatório.

O Reporters sem Fronteiras tem escritório em Paris e funciona com 14 escritórios regionais, em todos os continentes, além de contar com uma rede de correspondentes em 150 países.

Além do Brasil, estudo semelhante foi feito na França. “Os resultados não são tão diferentes assim. As possibilidades de futuro, que estão colocadas, estão atravessadas pelos mesmos imperativos do presente”.

RSF para América Latina, Artur Romeu. (Agência Brasil)

## Proposta de subsídio ao diesel importado tem adesão de 25 estados

Das 27 unidades da Federação, apenas duas não aderiram à proposta de subsídio de R\$ 1,20 ao diesel importado, informou nesta tarde o Ministério da Fazenda. A medida, que integra o pacote para segurar a alta dos combustíveis, terá o custo dividido igualmente entre a União e os estados que aceitaram o acordo.

A pasta não divulgou as duas unidades federativas que não aderiram. Em entrevista coletiva, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que está conversando com os governos estaduais para tentar convencê-los a entrar no acordo.

De caráter temporário e ex-



cepcional, a proposta prevê um subsídio total de R\$ 1,20 por litro de diesel importado por dois meses. O custo será dividido igualmente entre o governo

federal e os estados, com R\$ 0,60 arcados pela União e os outros R\$ 0,60 pelas unidades da federação.

A medida, informou a Fazenda, terá custo de R\$ 4 bilhões: R\$ 2 bilhões para a União e R\$ 2 bilhões para as unidades da Federação. Até a semana passada, a pasta informava que a medida custaria R\$ 3 bilhões nos dois meses em que vigorará.

Na semana passada, o Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) informou que a participação dos estados será proporcional ao volume de diesel consumido em cada região, embora os crité-

rios específicos ainda estejam em definição.

A adesão é voluntária. As cotas dos estados que optarem por não participar não serão redistribuídas entre os demais, preservando a autonomia das unidades federativas.

Além do subsídio ao diesel importado, o governo anunciou na segunda-feira (6) um subsídio de R\$ 0,80 por litro de diesel produzido no Brasil. Também previsto para vigorar por dois meses, a ajuda custará R\$ 6 bilhões (R\$ 3 bilhões mensais), mas nesse caso o custo será totalmente bancado pelo governo federal. (Agência Brasil)